

A Escola e as Condições do Trabalho Docente: um retrato de Maringá

Rafael Adilio Silveira dos Santos¹

Resumo: Este artigo propõe reflexões que surgiram a partir do acompanhamento das aulas da disciplina de sociologia em colégios de Maringá. No texto, procuramos investigar as condições do trabalho docente (salas, turmas, material didático) e o vínculo empregatício do professor de ensino médio (salário e contrato temporário), tentando entender como esses elementos influenciam a vida docente e sua prática em sala de aula. Para isso, buscamos relacionar um estudo de caso com questões nacionais que dizem respeito ao trabalho docente e a situação da educação nacional. Como estratégia de análise, foram realizadas observações na escola, entrevistas com um professor de sociologia, bem como uma revisão bibliográfica sobre o trabalho docente e o contrato temporário no Brasil.

Palavras-chaves: Trabalho docente; condições da escola; contrato temporário; Maringá.

Abstract: This article offers reflections that emerged from the monitoring of the discipline of sociology classes in colleges of Maringá. In the text, we investigate the conditions of teaching (rooms, classrooms, teaching materials) and the employment of high school teacher (salary and temporary contract), trying to understand how these

¹ Graduando em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

elements influence the life and teaching practice in the classroom. For this, we seek to relate a case study with national issues that pertain to teaching and the situation of national education. As strategy analysis, observations were made at the school, interviews with a professor of sociology, as well as a literature review on teachers' work and temporary contract in Brazil.

Keywords: Teaching; school conditions; temporary contract; Maringá.

Condições do trabalho docente: apresentando a pesquisa

Não é de hoje que o trabalho docente é visto em condições precárias, seja por conta do salário, das péssimas condições das salas de aula ou da violência sofrida no exercício da função. Outra modalidade que denuncia a desvalorização da profissão docente é a recorrência da contratação temporária destes profissionais por parte dos governos estaduais e do governo federal, tanto nas universidades quanto no ensino básico.

A contratação temporária traz uma série de inseguranças ao trabalhador da educação e uma afronta a alguns direitos: a instabilidade, não pagamento de direitos por tempo de serviço no estado, não dá direito ao plano de saúde dos funcionários públicos estatutários, além de outros. Mas não é apenas na educação que isto ocorre, em outras empresas ou setores também há riscos de terceirização, além de um contrato temporário.

Este fenômeno do contrato temporário não é recente, ele veio junto de uma reestruturação produtiva que é projetada com a crise do capitalismo de 1970, onde ocorreram privatizações, corte de gastos públicos (isso evidentemente afeta a educação e outros serviços públicos como a saúde e o transporte) e supressão de direitos trabalhistas (TONET, 2013). Foi uma crise do modelo fordista-keynesiano assentado na produção em larga escala numa linha de montagem, com apoio do Estado na produção; algumas das soluções encontradas para recuperar o lucro das empresas foram a introdução do trabalho temporário e a diminuição do salário com a vinda de estrangeiros ou deslocamento da produção para as periferias do planeta. Tudo isso aponta para a construção das condições de surgimento do neoliberalismo, onde se pretende reduzir o tamanho e funções do Estado (VIZENTINI, 1999). O contexto citado acima diz respeito a uma conjuntura internacional, tais ideias chegam com mais força ao Brasil no final da década de 1980 e início de 1990.

Mas a realidade do contrato temporário na educação do estado do Paraná é intensa, ano após ano um grande número de professores das escolas públicas do ensino básico é contratado por um processo chamado PSS (Processo Seletivo Simplificado), onde os professores entregam seus currículos, são classificados e chamados por ordem para assumirem aulas.

A contratação frequente de professores temporários não condiz com o que traz a LDB:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; (BRASIL, 2011, p. 35).

Além da prática do contrato temporário não estar de acordo com a legislação federal, também fere a lei estadual número 108 que dispõe sobre contratação de pessoal por tempo determinado, visto que atesta o caráter de emergência e excepcionalidade deste tipo de contratação, mas o que se confere é uma prática recorrente e adiamento do concurso público.

Art. 1º. Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Direta e Autarquias do Poder Executivo poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições, prazos e regime especial previstos nesta lei.

§ 1º. A contratação de professores e de pessoal nas áreas a que se refere o inciso VII do artigo 2º. será efetivada exclusivamente para suprir a falta de docente e servidores de carreira decorrente de aposentadoria, demissão, exoneração, falecimento, afastamento para capacitação e nos casos de licenças legalmente concedidas.

§ 2º. A contratação decorrente de vacância ou insuficiência de cargos, será realizada pelo prazo suficiente à criação ou ampliação de cargos, realização do respectivo concurso público e desde que inexistente concurso público em vigência para os respectivos cargos (PARANÁ, 2005).

A esperança de muitos professores que trabalham na condição de temporário em sair desta situação é o concurso público aberto este ano (2013) no estado paranaense.

Por circunstância do estágio obrigatório no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, entrei em contato com a realidade dos professores temporários na rede estadual, em especial a situação do professor que acompanho na disciplina de sociologia no ensino médio. Este é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá, possui bacharelado (obtido em 2010) e licenciatura (obtida em 2011). Apesar de ter estudado e agora trabalha no Paraná, ele vem do interior de São Paulo e desde 2012 atua como professor temporário de sociologia em escolas estaduais de Maringá.

Deste modo, considerando o que foi apresentado, o objetivo da pesquisa é identificar:

1 – a percepção do professor sobre suas condições de trabalho, como carga horária, tamanho das turmas, razão professor/alunos, rotatividade pelas escolas e carreira;

2 – se a condição de trabalhador contratado temporariamente influencia sua prática dentro de sala, sua didática e metodologia de ensino;

3 – se ele se considera um trabalhador precarizado ou não.

Para tanto, utilizamos uma revisão bibliográfica sobre o tema e entrevistas semiestruturadas com o professor.

Elementos da entrevista: Formação e prática docente

Em primeiro lugar, procurei saber um pouco mais da graduação em Ciências Sociais feita pelo professor, se ele considerava a formação recebida suficiente para exercer a profissão. O que se constata é que trabalhar os conteúdos do ensino médio não é um problema, o professor não se depara com nada surpreendente ou que possa complicar alguma explicação, a graduação lhe fornece o conhecimento necessário para desenvolver os conteúdos de sala de aula, neste sentido, o entrevistado considera sua graduação de qualidade. A única falha, por assim dizer, da graduação, diz respeito ao preparo do aluno para trabalhar os conteúdos em sala de aula, em transformar o saber acadêmico ou científico em um saber escolar, que corresponda a conteúdos que os alunos entendam em sua linguagem e não a do profissional que já é do meio, o recém-formado tem de fazer isto com a experiência adquirida

no passar dos dias em sala de aula. Assim, destacamos uma passagem da entrevista:

A questão que se coloca é o nosso preparo para lidar, como trabalhar com este conteúdo em sala de aula? A parte mais didática, pegar este conhecimento teórico e como aplicar, como trabalhar com ele junto do cenário do ensino médio com o aluno, seria a principal dificuldade, né!?

Eu acho que nisso a minha formação pecou um pouco. Você acaba aprendendo na prática, o que deveria não acontecer, tinha que ser um elemento acrescentador, junto com a experiência, a gente acaba aprendendo a dar aula fazendo, isso é ruim (PROFESSOR).

O problema do exercício da profissão, de certa forma, o aprender a ser professor está longe de ser uma questão individual. Sampaio e Marin (2004) apontam referências às pesquisas onde professores dizem que aprender a profissão de ensinar com a experiência, à prática de sala os leva a perceber como transformar conhecimento científico adquirido em conteúdos de ensino básico. Assim, temos indícios de que as licenciaturas têm falhado, talvez, ao pensar a didática de ensino (até mesmo no tempo dedicado a isso nas grades curriculares), em como trabalhar os conteúdos nas salas de aula, em métodos de ensino das mais variadas disciplinas. Desta forma, os futuros professores podem passar pela universidade e não saberem ao

certo quais dificuldades as escolas os reservam ou que os alunos possam ter. A formação de professores carece de prática, de maior proximidade com a escola conforme aponta Takahashi (2013), pois somente 10%, em média, da grade dos cursos são compostas por estágios, portanto, de prática docente. A academia poderia estimular mais pesquisa neste campo de ensino, o das licenciaturas, afinal, não é apenas o bacharel quem pesquisa. Pesquisar também faz parte da rotina (ou deveria) de um professor do ensino básico, até mesmo para preparar suas aulas.

Ainda sobre aprender na prática a lecionar, o trecho abaixo da entrevista apresenta uma experiência do professor com vídeos em sala de aula, onde ele relata o uso da tvpendrive disponibilizada pelo governo do estado.

A tvpendrive eu costumo utilizar, não sempre, mas dependendo da matéria e dependendo dos vídeos, de vez em quando isso vai me ajudar. Não pautar a aula inteira em cima de vídeo porque, pela experiência que eu tive, de passar alguns vídeos e ocorrer de ter muita dispersão dos alunos, seja não assistindo o vídeo, seja não se interessando ou com dificuldade, às vezes, de entender a linguagem de um determinado vídeo, específico de sociologia que eu trabalhei. Então, às vezes, tem que saber, eu acho, tem que ser um recurso pensado para ser utilizado na sala porque você pode ter uma distração dos alunos e eles não darem uma grande importância, apesar deles cobrarem sempre...eles associam, um pouco, vídeo com diversão. E quando não é, seja para trabalhar concepções de algum autor ou de uma

cena, eles se dispersam...então, não é todo vídeo, tem que saber usar (PROFESSOR).

Condições e situação de trabalho

O ano de 2013 já é o segundo ano de experiência de trabalho do professor de sociologia que acompanhei: os dois anos com contrato temporário. Neste ano ele trabalha em dois colégios estaduais de Maringá, um tem o ano letivo dividido em semestres e o outro em trimestres, ao todo ele atua em sete turmas de ensino médio.

Em uma das escolas onde o professor trabalha, segundo ele, os segundos anos do ensino médio possuem uma média de 40 alunos e os terceiros anos de 35 alunos, nos primeiros anos ele não dá aula. Na outra escola, os primeiros anos têm média de 35 alunos, os segundos e terceiros anos apresentam médias próximas, em torno de 20 a 25 alunos. O curioso nestas escolas e outras, que observei no ano passado, durante o primeiro ano de estágio obrigatório, é que o número de alunos dos terceiros anos do ensino médio diminui, nem o professor e nem as pedagogas das escolas sabem ao certo o motivo desta diminuição.

Sobre a quantidade de alunos nas salas, onde uma escola apresenta média mais elevada, destacamos este trecho da entrevista, onde o professor narra sua experiência em salas mais cheias e outras com menor número de alunos:

O interessante é que eu tenho experiência de dois opostos, de salas bem cheias onde tem pouco espaço até para andar, fico encurralado na frente do quadro, que é o caso de uma escola, salas completamente cheias, às vezes falta carteira. Eles têm que ficar bem exprimidos, você vê isso. É desconfortável, muito cheio; Já no outro colégio sobra espaço, tirando os primeiros anos que, às vezes, dá uma enchida. Tem menos alunos e eu já acho melhor (PROFESSOR).

Para além da lotação das salas, boa parte delas tem um espaço físico restrito, são pequenas para a quantidade de alunos, o que verifiquei acompanhando o professor durante o estágio. Durante uma entrevista ele comentou:

O espaço físico das salas de aula é um dos fatores mais críticos, a gente não tem espaço nem para trabalhar direito, os alunos ficam bem próximos, próximo que eu falo é cinco centímetros de você e você tá colado no quadro, você não tem quase espaço para andar (PROFESSOR).

O espaço das salas é diminuto para a quantidade de alunos, além do mais, são salas mal ventiladas, nos dias quentes o calor é grande e não se pode nem usar os ventiladores, pois:

No verão é bem quente, por mais que você tenha um ventilador, mas você liga o ventilador e não ouve nem sua voz, fica insuportável dar aula, é bem difícil mesmo, verão é bem complicado, te deixa muito

mais cansado em pouco tempo, numa jornada de manhã toda, chega na última aula bem cansado (PROFESSOR).

No que diz respeito à carga horária de serviço do professor em questão e suas horas-atividade, em uma escola ele dá oito aulas, tendo duas horas-atividade; na outra escola são nove aulas e três horas-atividade. Ou seja, este modelo já segue uma proporção de reivindicação dos professores de uma hora-atividade para cada três em sala, mas mesmo assim não parece tempo suficiente, os professores ainda acabam levando trabalho para ser terminado em casa, ao menos é o que diz meu entrevistado:

Essa proporção 1 hora atividade a cada 3 de aula não corresponde, é muito ruim. Parece que não, mas você faz um trabalho extra, você acaba fazendo na tua casa ou nos finais de semana, que demora muito tempo mesmo, não estou falando só do meu caso, é o caso de outros professores também. Eu vejo que quem se propõe a trabalhar com mais conteúdo, mais devagar, corrigindo questões, fazendo um trabalho mais rigoroso com os alunos, de colocar eles pra escrever, o tempo é bem escasso. Teria que ser mais, não sei se só aumentar as horas-atividades seria uma vantagem, se resolveria esse problema, mas o que a gente vê é que os professores, de uma forma geral, estão... ficam estafados em este tanto de trabalho que têm de levar para casa.

Todo dia eu trabalho em casa, pelo menos uma ou duas horas. Tira esse período para fechar trimestre, que são os momentos mais críticos, você fica muito

tempo, seja trabalhando em cima dos livros de chamada, fazendo conta, fechando as médias (PROFESSOR).

Para dar suas aulas no estado, o professor tem à sua disposição nas salas de aula um quadro, giz, livro didático (que nem todos os alunos recebem) e a tvpendrive para trabalhar com vídeos, embora nem todas as salas dos colégios possuam este aparelho. Há ainda sala de informática, a qual não possui um computador para cada aluno e eles têm de se dividir em grupos na frente de cada máquina, além disso, os computadores das escolas não estão entre os mais atualizados e modernos. Algo muito utilizado nas universidades para as aulas, os textos fotocopiados, não podem ser utilizados com frequência no ensino básico, pois o professor tem que tirar o valor das cópias do próprio bolso ou cobrar dos alunos, o que faz com que o docente retorne para o texto copiado no quadro, fazendo o professor perder tempo de explicação ou discussão dos conteúdos com os alunos. As bibliotecas das escolas também não oferecem grande riqueza em material para as aulas, são pequenas, com quantidade extremamente restrita de livros literários ou específicos de cada disciplina, ocasionalmente, a biblioteca é só um depósito de livros didáticos.

Dadas as condições estruturais da escola, considerando os espaços físicos existentes e os recursos pedagógicos (livros, computadores, textos) à disposição do professor, a aula ideal fica

distante do que é possível e resta ao profissional se adequar. A aula que é possível também tem de ser pensada em relação ao tempo, aulas são de cinquenta minutos, duas vezes por semana para cada turma, isso tem que entrar na conta do professor, pois ele tem de cumprir prazos da burocracia escolar, ou seja, preencher notas e faltas, fechar trimestres ou semestres, passar conteúdos programados, etc. Deste modo, o professor, utilizando da sua experiência, trabalha como pode, dentro dos limites faz a aula possível:

A própria experiência te mostra onde você pode chegar, se as primeiras aulas que você vai elaborar, quando vai aplicar você já sabe como que foi o resultado, então você vai planejando em cima das condições objetivas da sua aula, você vai deixar de dar voos tão grandes, vai começar a se adequar. Então, ele não é o ideal, a gente tenta sempre trabalhar de uma forma ideal, mas o que eu acabo fazendo mais é ficando nas velhas concepções, usar o quadro, giz e livro.

Mas essa adequação tem suas vantagens, ela te coloca possibilidades, você começa a lapidar e vai saber, mais ou menos, como trabalhar de uma forma adequada. O que fica faltando seria um melhor aproveitamento, a gente sabe que dá pra usar mais recursos, mais espaços e acaba não podendo fazer isso tanto, seja por questões estruturais ou seja por um vício de longo tempo de os alunos já estarem acostumados com isso; se a gente for inovar e não ter uma boa aceitação e o tempo, ele passa, ele é rápido, você não pode perder muitas aulas no mesmo assunto, testando, a gente tem, meio que, cada vez tentar acertar mais, acaba não tendo espaço para erros, você acaba fazendo poucas experiências ao longo do tempo (PROFESSOR).

Questões importantes: o salário, desvalorização e contrato temporário

Um aspecto relevante para qualquer profissão é o salário, ele garante a reprodução da vida do indivíduo, em última instância, sua existência. Salário ruim é indício de precarização profissional, limita o acesso do indivíduo a bens e recursos:

Ele é um fator que incide pesadamente sobre a precarização do trabalho dos professores, pois a pauperização profissional significa pauperização da vida pessoal nas suas relações entre vida e trabalho, sobretudo no que tange ao acesso a bens culturais (SAMPAIO; MARIN, 2004, p.1210).

As licenciaturas não costumam estar entre os cursos mais concorridos dentro das universidades brasileiras, pois além de saber das dificuldades que esperam um professor na sala de aula, as pessoas ponderam o retorno financeiro que, inclusive, pode não compensar o gasto com a graduação. Mesmo depois de graduado e em exercício da profissão, o salário pode não ser suficiente para bancar a atualização do professor, pode não sobrar para aquisição de livros ou até mesmo para que continue estudando e se qualificando.

A profissão de professor, ela tem que estar em constante renovação, seja do próprio professor, dos métodos que ele vai utilizar, do conhecimento, da forma de trabalhar, tem que estar constantemente se atualizando, seja através de livros, através de...conseguindo um estreitamento com as novas tecnologias, de tudo você precisa de uma compensação financeira, pra você estar sempre tendo acesso a esse tipo de recurso tecnológico ou de livros, o salário não te dá esta condição (PROFESSOR).

Assim, querendo ou não, o salário pode ser um indicador de quanto uma determinada profissão é valorizada por uma sociedade, podendo motivar ou desmotivar um profissional, que acaba vendo o que faz pela paixão, já que os cálculos lhe indicam que a profissão não compensa tempo, desgaste e investimento financeiro, não que seja uma regra, mas algo colocado pelo entrevistado. Abaixo, o que nosso professor pensa de seu salário e valorização profissional:

Acho ele bem ruim, não falo isso como qualquer pessoa mal paga. Primeira coisa, pelo excesso de trabalho que a gente coloca como não pago, você tem que trabalhar muito em casa, por mais que você tenha uma jornada curta, como eu tenho, não tenho nem um padrão, tenho 17 horas, você acaba trabalhando excessivamente fora do colégio, as horas-atividade não conseguem suprir essa carga de trabalho e com certeza o salário não acompanha nem um pouco todo esse trabalho extra. Outra coisa, algo que eu já venho me perguntando, a estrutura, o pagamento que é feito, o Paraná ainda tem uma vantagem, está mais valorizado que em outros

estados, mas, mesmo assim, o que você gasta com formação, com livros, toda sua graduação, se fosse colocar na balança não compensa o que você vai ter de retorno depois, dando aula no estado.

Você não conseguiria, todo teu investimento intelectual, de tempo pra depois você chegar ali, você acaba vendo que é muito mais uma paixão pela educação do que qualquer outra coisa, do que uma valorização mesmo, você faz tudo aquilo acreditando em outros valores, porque a valorização do profissional é muito pouca, na verdade (PROFESSOR).

O salário é uma questão central da profissão docente, em pesquisa realizada no estado de São Paulo entre 1990 e 1995 que buscava entender o abandono do magistério público, a questão salarial estava entre os motivos que mais causavam o abandono da profissão, junto das precárias condições, a insatisfação no trabalho e o desprestígio profissional (SILVA, 2006, p. 95).

Além do salário, a condição de professor temporário limita o acesso do profissional a outros direitos, como um plano de saúde oferecido somente aos estatutários e a falta de perspectiva de uma carreira com acréscimos salariais ou licenças especiais por tempo de serviço. O contrato temporário expõe o professor a uma situação de insegurança, pois não há como saber se no próximo ano conseguirá uma vaga, um novo contrato de trabalho, sem contar o desamparo e a falta de salário no período de férias onde não vigora nenhum contrato. Dadas às condições de trabalho, o salário e o contrato temporário, não há como o

professor não se caracterizar como alguém em um serviço precarizado e desvalorizado.

Indagado se algo mudaria com a efetivação na profissão por meio de um concurso público, a resposta do professor foi esta:

Muda sim, por exemplo, quando você é concursado já está pensando em sua carreira, com ela em construção, coisa que PSS não sabe, você tem sua experiência e mais nada, nada te garante que você está construindo sua carreira.

Quando for concursado, você já está trilhando um caminho, já está pensando nas suas formações continuadas. Outro fator, você vai poder se estabelecer em um ou dois colégios, mas trabalhar neles mesmo, com garantia, com você sabendo que vai estar lá ano que vem, você pode deixar um plano a longo prazo; conhecer o colégio, o ambiente de trabalho é bom, você conhece os alunos, a história deles, a história dos outros professores também, da equipe pedagógica, da direção.

São as condições de trabalho que vão te mostrar se você é precário ou não, são suas próprias condições que vão te motivar e te dar suporte na coisa mais simples que é a execução da aula (PROFESSOR).

A resposta recebida nos indica outra questão problemática, o deslocamento dos professores de uma escola para outra todo ano ou até mesmo entre várias escolas no mesmo ano. O professor temporário não tem lugar fixo para trabalhar, o que prejudica seu planejamento de aulas e a possibilidade de desenvolver projetos nas escolas.

Todas as condições adversas na profissão de um professor, principalmente aos ligados à rede pública (são a maioria), o levam a uma desmotivação, a incertezas na continuidade dentro da área ou até quando será possível aguentar:

Mas ao mesmo tempo que existe uma motivação de continuar, devido ao que é a experiência de professor, isso é interessante, é o que motiva, você tentar trabalhar o ensino-aprendizado, começar a criar contato com os alunos, de você trabalhar com eles, isso é o que motiva, apesar de todas as condições. Mas a gente não pode só pensar assim, porque, também, como qualquer outra profissão, a gente tem que buscar nossa valorização, o que vai depender primeiro dos professores, cabe a gente criticar nossa condição, cabe a gente analisar, propor coisa diferente e não ficar agindo só por defesa de valores ou por acreditar e achar que é só a vontade do sujeito que vai conseguir melhorar a educação, isso é ser idealista, está desfocado, a gente tem que lutar por melhores condições objetivas de trabalho.

A vontade é permanecer, se tivesse boas condições de trabalho no ensino público, poucos professores procurariam o ensino particular ou outros lugares porque o ensino público é um lugar que a gente tem espaço, ele é democrático, o que motiva a gente a continuar, mas as condições são bem penosas.

A questão do salário, ela é a primeira coisa que aparece, que me vem à cabeça. Uma pessoa graduada, ele vai ver a escola pública como opção na medida que ela consiga suprir as necessidades que a pessoa tem, seja com família ou não, mas tem que ser atrativo. A formação continuada, por exemplo, na medida em que o professor consiga fazer suas especializações, fazer um mestrado e doutorado, se

qualificar cada vez mais, isso é parte também da profissão dele, vai motivá-lo a não só fazer isso pra poder ter aumento salarial, coisa que o PSS já está extinto, o professor concursado ainda vai ter este tipo de opção (PROFESSOR).

Na busca pela melhoria da educação em nosso país, as soluções não serão apenas encontradas na valorização do profissional (um sistema educacional é composto de outras partes), o professor, mas também não se faz sistema educacional sem ele, a sua presença ainda é importante, embora seu papel possa mudar com o tempo e com novas concepções.

Considerações finais

A profissão docente se encontra precarizada no Brasil, embora tenhamos ficado em um campo micro, esta generalização não é difícil de ser feita, vista as condições e denúncias frequentes dos problemas do nosso sistema de ensino, mas é evidente que em determinadas localidades, como os professores são empregados por diversos governos estaduais, municipais ou empresas particulares, as situações podem ser melhores ou piores².

² Um panorama da profissão docente pode ser visto em FOLHA DE SÃO PAULO. Quem educa os educadores? **Folha de São Paulo**. São Paulo, 4 ago. 2013. p. 1-8.

Para os professores de ensino básico, o retrato mais evidente de uma situação precária é o contrato temporário que evita progressões salariais e construção consistente de uma carreira, abalada pela insegurança de não renovação. O contrato temporário também limita o acesso do profissional a benefícios, como o plano de saúde para funcionários públicos estatutários, além do mais, faz com que o docente tenha que trabalhar em mais de uma escola, tendo que abandoná-las de um ano para outro em função de um novo contrato.

Outro fator que pode ser insatisfatório tanto para professores estatutários e temporários são as condições das escolas e os materiais ao seu alcance, ou seja, as salas lotadas, mal ventiladas, pouco acesso a livros, computadores (quando existem) insuficientes. Todos esses problemas podem afetar a saúde do profissional e, sem dúvida, deixam a qualidade da aula baixar, o professor faz a arte do possível com o que tem, a escola se torna um ambiente desagradável, para professores e alunos.

Dadas às condições das escolas em que fiz estágio, o salário (que nem sempre é atrativo) e carreira para os professores das escolas públicas (principalmente a realidade de contratos temporários³), torna-se difícil atrair novos professores ou, ainda, pode causar a desistência

³ Sobre contrato temporário na carreira de professores, indico: MARQUES, Maria José. **A figura do professor com contrato temporário**: um estudo de caso no LICEU do conjunto Ceará. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

dos profissionais em atividade, pois nem só de paixão pela educação vive o professor.

Para que a qualidade da aula melhore, o professor tem de ser valorizado, mas as condições estruturais e de materiais das escolas precisam melhorar, sem uma melhora conjunta, dificilmente o sistema educacional sairá do lugar. Professor desvalorizado e escola sucateada geram uma aula ruim ou, no mínimo, limitada, abaixo do que poderia ser em outras condições mais favoráveis, algo que pude constatar no acompanhamento das aulas de estágio e através da entrevista, onde o trabalho do professor acompanha as condições que lhe são dadas.

Referências

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 6. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. Quem educa os educadores? **Folha de São Paulo**. São Paulo, 4 ago. 2013. p. 1-8

MARQUES, Maria José. **A figura do professor com contrato temporário**: um estudo de caso no LICEU do conjunto Ceará. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

PARANÁ. **Lei complementar 108**, de 18 de maio de 2005. Curitiba: Diário Oficial nº 6979, 2005. Disponível em:

<<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=xibir&codAto=7352&indice=1&totalRegistros=11&anoSpan=0&anoSelecionado=2005&mesSelecionado=0&isPaginado=true>> acesso em 17 abril 2013.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. Precarização do Trabalho Docente e seus Efeitos sobre as Práticas Curriculares. **Educação, Sociologia**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1203-1225, Set./Dez. 2004.

SILVA, Emília Pereira da. Burnout: por que sofrem os professores? **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 89-98, 2006.

TAKAHASHI, Fábio. Muita teoria e pouca prática formam docente. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 4 ago. 2013. Quem educa os educadores?, p. 2.

TONET, Ivo. Sobre as atuais manifestações. **Diário Liberdade**. Maceió, 24 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.diarioliberalidade.org/brasil/batalha-de-ideias/39585-ivo-tonet-sobre-as-atuais-manifesta%C3%A7%C3%B5es.html>> Acesso em: 01 jul. 2013.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Os Dez anos que abalaram o século 20**: a política internacional de 1989 a 1999. Porto Alegre: Novo Século, 1999.